

III Conferência Anual da RELOP

Sessão de Abertura

Vítor Santos, Presidente da RELOP

Caro Dr. Haroldo Lima, Director Geral da ANP,

Caro Dr. Nelson Hubner, Director Geral da ANEEL,

Estimados colegas reguladores,

Representantes das empresas,

Participantes na conferência,

Representantes da Comunicação Social,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A RELOP acabou de concluir o seu segundo ano de vida.

Como é bem conhecido, a Associação foi constituída inicialmente pelos 5 reguladores então existentes, tendo beneficiado o ano passado, da adesão de dois novos membros à RELOP: a Autoridade Geral de Regulação de S. Tomé e Príncipe e do Conselho Nacional de Electricidade de Moçambique.

Naturalmente que é nosso desejo comum que, muito rapidamente, a Associação seja alargada a todos os PLOP na sequência da criação de novas entidades reguladores. É cada vez mais consensual que as entidades reguladoras constituem claramente do quadro institucional mais adequado para promover a regulação do sector energético.

Com efeito, um dos principais argumentos para a criação de reguladores independentes é a preservação da estabilidade e a redução dos riscos regulatórios. A credibilidade e a consistência intertemporal das decisões regulatórias é particularmente relevante na regulação do sector energético. Os investimentos em infraestruturas têm a natureza de *custos afundados* e têm subjacentes períodos de vida útil muito longos. Neste contexto, a existência de estabilidade regulatória é uma pré-condição essencial para a promoção de

investimento privado baseado em expectativas de remuneração adequadas; a falta de credibilidade ou a incerteza regulatória podem não inviabilizar o investimento mas, certamente, contribuirão para aumentar o custo de capital e os custos de financiamento com reflexos no incremento das tarifas.

Parece-nos que todos poderemos beneficiar da partilha de experiências entre países que, naturalmente, seguiram caminhos diferentes na regulação do sector energético mas que têm um património comum: a Língua Portuguesa.

Existem actividades de cooperação frutuosas entre os diferentes reguladores aqui presentes. Tendo presente a experiência específica da ERSE, partilhamos com a ANEEL e a ANP a circunstância de sermos membros da ARIAE – Associação Iberoamericana de Reguladores de Energia. Por outro lado, a ERSE assinou Protocolos de Cooperação com o IRSE e a ARE que têm conduzido a diversas acções de colaboração técnica entre as nossas instituições e a estágios que têm envolvido técnicos das nossas instituições. Fazemos uma avaliação positiva destas acções mas pensamos que, mesmo face às inevitáveis restrições de recursos, é preciso ser mais ambicioso e ir mais longe na concretização destes Programas.

Uma das principais motivações para a criação da RELOP foi a de institucionalizar uma plataforma de cooperação e de partilha de informação entre os reguladores de energia dos nossos países. Passaria agora a referir brevemente duas iniciativas que, de diferentes pontos de vista, visam concretizar este objectivo:

- O Estudo de Benchmarking sobre os Modelos de Governação das entidades reguladoras;
- O Site da RELOP.

O desenvolvimento e o aprofundamento da regulação económica seguiram caminhos distintos em função das especificidades de cada país, nomeadamente, o nível de desenvolvimento económico, as características e a estrutura do seu sector energético e a dimensão económica e geográfica.

Ao longo da última década, a regulação económica foi o elemento impulsionador da liberalização do sector energético. Tem sido um processo complexo que tem avançado com

pequenos passos sustentáveis e consistentes com reflexos positivos no desempenho dos operadores sectoriais (eficiência e qualidade de serviço) e com benefícios tangíveis para os consumidores domésticos e industriais.

Houve avanços significativos nos últimos dez anos! O sector energético foi objecto de profundas reestruturações empresariais e a regulação sectorial tem vindo a adoptar uma nova filosofia de acção mais adequada à regulação económica em contextos em que o mercado, embora com múltiplas imperfeições, está cada vez mais presente e constitui, cada vez mais, uma alternativa aos mecanismos administrativos de natureza mais intervencionista.

Por isso mesmo, parece-nos que todos poderemos beneficiar da partilha de experiências entre países que, naturalmente, seguiram caminhos diferentes na regulação do sector energético mas que têm a preocupação comum de adoptar as melhores práticas de regulatórias. O “Estudo de Benchmarking de Regulação I Parte – Modelos de Governação” adopta uma metodologia que permite concretizar este objectivo com rigor, consistência e robustez.

Gostaríamos ainda de aproveitar esta oportunidade para sublinhar alguns aspectos adicionais relacionados com o processo de elaboração deste estudo:

- Este trabalho beneficiou da adesão e do envolvimento de todos os reguladores e de uma atitude colaborativa de todos os intervenientes directos que constitui um bom prenúncio para projectos futuros.
- Assembleia Geral da RELOP decidiu dar continuidade a este estudo de benchmarking, procedendo ao seu aprofundamento segundo três dimensões distintas:
 - Introdução de informação relacionada com os modelos de governança dos novos membros da RELOP (AGER de S. Tomé e Príncipe e do CNELEC de Moçambique), trabalho que está a ser efectuado sob a coordenação da ERSE;
 - Aprofundamento da análise das relações institucionais das entidades reguladoras com os consumidores e os governos garantindo a auscultação de todos os agentes de mercado;

- Elaboração de recomendações que se revelarem apropriadas em função das conclusões do estudo, este e o anterior trabalhos sob a coordenação conjunta da ANEEL e da ANP.

Uma referência ainda, muito breve, ao Site da RELOP. Trata-se de um projecto em que estiveram envolvidos todos os reguladores associados e poderá ser ainda mais potenciado como instrumento essencial não só para a divulgação das nossas actividades mas também para a partilha de informação entre os reguladores da RELOP.

Parece-me oportuno fazer agora uma breve referência a esta Conferência.

Permitam-me que comece por felicitar o Eng. Nelson Hubner, Director Geral da Aneel, e o Dr. Haroldo Lima, Director Geral da ANP, e as respectivas equipas, pela excelente organização da Conferência e pela acolhedora e simpática recepção neste prodígio da natureza que é a Cidade de Janeiro.

Gostaria de elogiar os nossos colegas brasileiros que elegeram um conjunto de temas muito específicos e diversificados, que constituem problemas muito relevantes para alguns dos membros da RELOP como sejam as perdas não técnicas (vulgo furtos de energia) ou a articulação entre financiamento e os mecanismos de concessão ou ainda temas relacionados com a transmissão e distribuição de energia eléctrica, bem como um dos grandes sucessos da política energética brasileira que é o Programa “Luz para Todos” e que constitui uma boa prática que pode ser adoptada por outros países da RELOP.

Gostaria ainda de realçar que nesta conferência assumem particular destaque os temas relacionados com os combustíveis com destaque para a regulação dos biocombustíveis, a distribuição de GLP e um tema portador de grande futuro que é o Pré-Sal.

A circunstância de termos o privilégio de beneficiar da presença de oradores posicionados em pontos de observação muito distintos será uma motivação adicional para o debate profícuo. Operadores activos em mercados com graus de maturidade muito diferenciados, analistas e académicos que são referências nesta temática e os reguladores são uma mistura fina que nos permite ter expectativas elevadas sobre o debate que vai seguir-se.

Gostaria de terminar esta minha breve intervenção, expressando os votos de que esta Conferência constitua um momento de reflexão profícuo que permita aprofundar e tornar mais consistente os nossos modelos regulatórios.

Muito obrigado.